TEORIA E PRÁTICA: O PIBID EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

Marcos Danillo Lopes de Sena
Fernanda Motta de Paula Resende
Tatiani Camilo de Oliveira Gomes
Priscila Giliote Pereira
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Eixo 9: Formação e Profissionalização docente
Marcos.sena@unesp.br
Fernanda.resende@unesp.br
tcgomes@educacao.riopreto.sp.gov.br
pgpereira@educacao.riopreto.sp.gov.br

RESUMO: O presente trabalho discute a relevância das parcerias institucionais entre a universidade pública e a educação básica, centrando-se na experiência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em uma escola municipal de São José do Rio Preto/SP. Fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica, o texto analisa como a inserção de licenciandos no cotidiano escolar contribui para a superação de lacunas na alfabetização e para a consolidação da identidade docente. A metodologia pauta-se no relato de experiência e na análise documental dos diagnósticos de aprendizagem.
Palavras-chave: Alfabetização. Formação docente. PIBID.

INTRODUÇÃO

A parceria entre a Educação Básica e o Ensino Superior em uma Escola Municipal da rede de São José do Rio Preto/SP não é uma prática isolada, mas um processo histórico de colaboração entre ambas instituições. Localizada em São José do Rio Preto/SP, a instituição possui um histórico consolidado de recepção de programas como o Núcleo de Ensino e a Residência Pedagógica, culminando na implementação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que está presente na escola desde o início de 2025. Esta trajetória reafirma que a relação universidade-escola é uma construção contínua que visa a melhoria da alfabetização e a qualificação da formação docente.

De acordo com Saviani (2012), a universidade atende a sua função social quando articula o ensino e a pesquisa com a extensão, transformando o conhecimento

científico em ferramenta de intervenção social. Desse modo, a presença dos alunos de graduação da UNESP na escola por meio do PIBID não é apenas um estágio, mas uma vivência em contato direto com a realidade escolar. Segundo Garcia (2023, p. 137), uma possibilidade de aproximação entre escola e universidade seria a integração de projetos entre essas instituições, tal como exposto por um dos entrevistados em sua pesquisa de mesma temática: “[...]eu acho que deveria ter muito mais projetos, muito mais coisas que interligassem escola e faculdade”. A articulação de projetos e parcerias entre a escola e a universidade constitui um mecanismo fundamental para integrar a pesquisa e a fundamentação teórica às complexidades do ambiente escolar.

Libâneo (2013) destaca que a formação profissional do professor exige uma sólida base teórico-científica que permita a compreensão crítica da realidade social e escolar. Nesse cenário, o PIBID configura-se como um mecanismo fundamental para aproximar a participação dos licenciandos no contexto escolar, trazendo o diálogo entre a formação acadêmica e o exercício docente. De acordo com Gatti (2010, p. 1375), há uma “fragmentação formativa” nas licenciaturas. Segundo a autora, a formação de professores deve “partir de seu campo de prática”, integrando conhecimentos às demandas reais da escola básica. Entendemos que a formação de professores parte da relação entre prática e teoria, e uma não pode se desvencilhar da outra. Saviani (2012), destaca que essa relação pode ser definida como uma unidade dialética entre teoria e prática. O autor destaca que a teoria sem a prática é mero verbalismo; a prática sem a teoria é pragmatismo cego. Nesse contexto, o PIBID atua justamente preenchendo essa lacuna, ao relacionar os conhecimentos teóricos com a prática.

A relevância social deste projeto justifica-se pelo perfil da unidade escolar. A unidade escolar atende aproximadamente 415 alunos em regime de vulnerabilidade social, com alto índice de transferência discente. O corpo docente é composto por 17 professores e a gestão conta com direção e coordenação pedagógica. No atual cenário, identificou-se que aproximadamente 80 alunos não atingiram o nível de alfabetização esperado para a idade certa como consta no Plano Nacional de Educação (PNE). Este diagnóstico, feito com base nos pressupostos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky no livro *Psicogênese da Língua Escrita* na edição de 1999.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), o aprendizado da língua escrita não pode ser reduzido à aquisição de uma técnica, pois é um processo de construção de conhecimentos. O percurso da criança é marcado por diferentes níveis de desenvolvimento, nos quais ela elabora hipóteses para compreender a natureza do sistema de escrita. Embora o foco deste trabalho não seja o aprofundamento teórico de

todas as complexidades da Psicogênese da Língua Escrita, faz-se necessário definir brevemente os níveis observados na amostra (Pré-silábico; silábico sem valor sonoro; silábico com valor sonoro; Silábico-alfabético e Alfabético). Conforme as autoras, a evolução organiza-se em quatro períodos fundamentais: Nível Pré-silábico: A criança ainda não compreende que a escrita representa os sons da fala. Suas hipóteses baseiam-se em critérios de legibilidade: a necessidade de uma quantidade mínima de caracteres e a variedade entre eles para que “algo possa ser lido”. Nível Silábico: Ocorre a descoberta de que a escrita representa a pauta sonora da linguagem. A criança passa a atribuir uma letra (com ou sem valor sonoro convencional) para cada sílaba oral, realizando uma análise quantitativa da palavra. Nível Silábico-Alfabético: É um período de transição e conflito cognitivo. A criança começa a perceber que a hipótese silábica é insuficiente, passando a alternar entre a escrita de uma letra por sílaba e a representação de todos os fonemas. Nível Alfabético: É a compreensão final da natureza do sistema. A criança entende que cada um dos caracteres corresponde a valores sonoros menores que a sílaba (fonemas), permitindo a escrita sistemática de palavras, ainda que sem o domínio total das normas ortográficas. Na Tabela 1, apresentamos a distribuição quantitativa dos alunos em cada um desses estágios.

	PS	SSV	SCV	AS	A
1º anos	36	25	18	7	2
2º anos	7	12	24	16	49
3º anos	5	3	5	12	59
4º anos	2	3	4	1	38
5º anos	0	0	4	3	80
TOTAL	50	43	55	39	228

Fonte: elaborado pelo autor, 2026.

Saviani (2012) argumenta que a função social da escola pública é a socialização do saber sistematizado. Quando uma parcela significativa de alunos não se alfabetiza na idade própria, o direito constitucional à educação é violado, perpetuando ciclos de exclusão social. Nesse contexto, é fundamental distinguir o estar alfabético (compreensão da lógica do sistema) do estar alfabetizado (domínio da técnica e sua aplicação). Soares (2005, p. 24) define que “o termo alfabetização designa o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica”. Por este motivo, embora a maioria das crianças participantes deste projeto de alfabetização do PIBID esteja na idade certa, elas ainda se encontram em fase de apropriação do sistema de escrita. Assim, o PIBID atua como um

impulsionador do desenvolvimento cognitivo e linguístico desses alunos, mediando a transição entre a compreensão teórica e o domínio funcional da escrita.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1999), o foco não reside na aplicação mecânica de métodos, mas na capacidade reflexiva do bolsista em realizar intervenções adequadas à singularidade do processo de aprendizagem do aluno. Assim, a escola constitui-se como um laboratório de formação docente, onde a teoria dialoga diretamente com as demandas da escola. Para compreender a dinâmica do PIBID nessa escola municipal da rede de São José do Rio Preto/SP, é necessário revisitar o conceito de didática. Libâneo (2013) define a didática como a disciplina que estuda o processo de ensino em sua globalidade, unindo os objetivos sociais da educação aos métodos de ensino. Ao inserir 24 bolsistas em uma comunidade cuja realidade é determinada pelas contradições do modo de produção capitalista, manifestadas na segregação socioespacial do município**,** o programa promove o que Gatti (2010) define como "imersão cultural e profissional", permitindo que o futuro professor desenvolva saberes da experiência confrontados com o saber acadêmico.

Saviani (2012), destaca que o ensino deve ser planejado de forma a elevar o aluno do senso comum à consciência filosófica. Na alfabetização, isso significa que não basta ensinar o código; é preciso inserir a criança na cultura escrita de forma crítica e emancipatória. O papel dos bolsistas do PIBID, portanto, é atuar como o mediador que, sob a orientação do professor supervisor propõe desafios que façam a criança avançar. O Autor reforça que o trabalho científico na educação deve ter um compromisso ético-político. O PIBID assume esse compromisso ao focar os esforços naqueles alunos que a sociedade costuma invisibilizar: as crianças em situação de vulnerabilidade que lutam para vencer o analfabetismo funcional.

O projeto de Alfabetização vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), tem como um dos pressupostos, enriquecer a formação dos estudantes e fortalecer o curso de Pedagogia do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" IBILCE/UNESP. Essa articulação institucional visa combater a dicotomia entre quem pensa a educação e quem faz a educação básica, promovendo uma necessária etapa para a democratização do ensino.

Os objetivos do projeto de alfabetização são: a) da elevação da qualidade da formação dos licenciandos, principalmente ao que tange aos fundamentos e metodologias de alfabetização; b) da promoção da integração entre educação superior e educação básica, estabelecendo um diálogo permanente durante todo período de desenvolvimento do subprojeto, mediado pelos professores supervisores e a gestão da escola campo; c) do fortalecimento de vínculos entre os estudantes participantes do

PIBID e o seu curso de Pedagogia, diminuindo assim, as possibilidades de evasão e conclusão do curso no tempo esperado; d) da motivação para uma possível revisão do Projeto Pedagógico da Pedagogia, tendo como uma de suas questões centrais, a alfabetização e a formação do professor alfabetizador; e) do incentivo ao respeito à diversidade em suas práticas; f) da busca de soluções para superar problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem; e por fim, g) da valorização do trabalho coletivo nas discussões e ações da equipe envolvida com o Projeto Alfabetização.

O projeto articula teoria e prática em momentos de formação inicial para os bolsistas de iniciação à docência e continuada para os supervisores e demais professores do município de que desejem participar. Além da atuação na escola campo, os integrantes do projeto de alfabetização se reúnem em dois momentos obrigatórios na universidade, sendo: Reuniões de Estudos Coletivos, com o objetivo de construir uma fundamentação teórica sólida, que permita aos participantes estabelecerem problematizações do cotidiano escolar a partir do conhecimento científico que subsidiam os estudos. As reuniões coletivas acontecem uma vez por mês com duração média de 2h. As Reuniões Pedagógicas na Universidade, acontecem com o objetivo de discutir e refletir sobre o cotidiano na escola, com atenção especial para as crianças com defasagem de aprendizagem da leitura e escrita. Nessa reunião, contamos com a presença das coordenadoras do projeto, dos bolsistas e dos professores supervisores. Aqui os graduandos recebem formação dos supervisores em estudos coletivos a respeito das atividades realizadas em sala de aula.

A organização do trabalho pedagógico na escola campo acontece com os 24 bolsistas recebidos pela unidade escolar foram divididos entre as 16 salas de aula da escola, sendo 8 no período da manhã e 8 no período da tarde. Como o número de bolsistas é maior que o número de salas, algumas turmas recebem mais de um bolsista, possibilitando atender um maior número de crianças. O critério utilizado para a divisão dos bolsistas foi priorizar as salas de ciclo 1 (1º, 2º e 3º anos) cuja a dificuldade no processo de leitura e escrita é mais presente.

Os bolsistas participam de momentos de observação em sala de aula, acompanhando o trabalho do professor na rotina diária, como também em momentos de realização de atividades com os alunos em espaços externos. As propostas são pensadas e elaboradas pelos professores supervisores que disponibilizam no início da semana as orientações e sugestões de como executarem e realizar as intervenções adequadas para cada aluno. De forma geral, as propostas utilizam textos de memória (cantigas, parlendas, músicas) ou gêneros como fábulas e poemas, corroborando a perspectiva de Mortatti (2009), para quem a alfabetização ultrapassa a mera escolha de

um método isolado, consistindo em um processo complexo que demanda a organização do trabalho pedagógico e a seleção intencional de objetos de ensino.

CONCLUSÕES

A análise parcial dos resultados demonstra que a atuação dos bolsistas contribui significativamente para reduzir a resistência dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem. A mediação individualizada, centrada nas hipóteses de escrita, possibilita que os estudantes em defasagem recebam um acompanhamento mais próximo e contínuo, algo que o professor, atuando sozinho, dificilmente conseguiria oferecer com a mesma intensidade. O programa demonstra que a escola pública, mesmo diante de desafios estruturais e das condições de vulnerabilidade social que atravessam seu cotidiano, permanece como um espaço potente de produção de conhecimento, formação humana e transformação social, especialmente quando amparada por investimentos consistentes e parcerias institucionais sólidas.

Nesse contexto, conclui-se que a parceria estabelecida entre a UNESP/PIBID e esta unidade escolar, configura-se como uma experiência relevante e eficaz de política pública voltada à formação docente. Ao promover a aproximação entre universidade e escola básica, o programa fortalece práticas pedagógicas mais direcionadas às necessidades reais dos estudantes e contribui para a construção de uma formação docente comprometida com a qualidade e a equidade educacional.

Como defende Saviani (2011), a transformação da sociedade passa pela democratização do saber. Nesse sentido, assegurar que uma criança da escola pública aprenda a ler e a escrever com autonomia representa não apenas um avanço pedagógico, mas também um passo fundamental para o exercício pleno da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GARCIA, P. M. A relação entre o professor dos anos iniciais e a pesquisa em ensino. [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 20 dez. 2023.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MORTATTI, M. R. L. A "querela dos métodos" de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 5, p. 91–114, 2009.

SOARES, M.; BATISTA, A. **Alfabetização e letramento**: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. 64 p. (Coleção Alfabetização e Letramento).

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2012.